

# ORAÇÕES RELATIVAS EM MANUSCRITOS E IMPRESSOS PERNAMBUCANOS DOS SÉCULOS XIX E XX: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

Aline Priscilla de Albuquerque Braga (UFRN/PIBIC-CNPq)<sup>1</sup>

[alinepalbuquerquebraga@gmail.com](mailto:alinepalbuquerquebraga@gmail.com)

Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)<sup>2</sup>

[edbbispo@gmail.com](mailto:edbbispo@gmail.com)

## Introdução

Dá-se o nome de oração relativa (ou adjetiva) à sentença encaixada em um sintagma nominal ao qual serve de modificador. Nas palavras de Castilho (2010, p. 366), “o processo de relativização é, portanto, o relacionamento de dois sintagmas nominais correferenciais”. Em sua forma desenvolvida, essa construção liga-se ao termo antecedente por meio de um pronome relativo, que pode (ou não) vir precedido de preposição, a depender da regência do verbo ou do nome ao qual pode servir de complemento. Na cláusula destacada em (1), a presença da preposição **de** antes do relativo deve-se à natureza do verbo **necessitar** que, segundo a tradição normativa, exige complemento preposicionado, diferentemente do verbo **amar**, presente em (2), cujo complemento não é introduzido por preposição.

- (1) “Sem docentes para preparar alunos capazes de encarar as exigências acadêmicas do terceiro grau, como esperar que o país forme todos os engenheiros **de que necessita?** A conta não fecha.” (*Folha de São Paulo*, 16 abr. 2013, Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 abr. 2013)
- (2) “A crise educacional é uma jogada política, não é interesse para a classe dominante ter uma população com consciência, por isso o governo deixa a educação do nosso país se afundar, deixa as escolas caírem, mal conservadas, sem material didático e ainda renumera de forma injusta os profissionais da educação. Mas também existe o mal profissional, **que joga culpa do fracasso no salário**. Enfim, a crise educacional é proposital.” (*Corpus D&G Rio de Janeiro*, língua escrita, ensino médio, informante 21)

O tratamento conferido às orações relativas pela gramática tradicional deixa de considerar que, no uso real da língua, nem sempre os falantes restringem suas escolhas à modalidade padrão, quando lançam mão desse tipo de estrutura. Na comunicação cotidiana, prevalece o uso pouco monitorado da língua e, por isso, é comum a recorrência de estruturas relativas não canônicas, a saber: cortadoras e copiadoras. Neste trabalho, consideramos ainda outro tipo de construção relativa não descrita pelas gramáticas tradicionais: a relativa preposicionada não padrão (RPNP). As amostras (3), (4) e (5) trazem ocorrências de relativas não canônicas, respectivamente, cortadora, copiadora e RPNP.

- (3) “... e em frente a beliche têm uma pequena estante **que colocamos muitas revistas e nossos instrumentos de músicas** e na parede do lado da beliche possui vários quadros que costumo criar no computador. (*Corpus D&G Rio de Janeiro*, língua escrita, ensino médio, informante 20)
- (4) “... aí tinha uma... uma vidente... uma espírita... **que ela... enrolava o povo sabe? aí... tem uma parte que ela tá... falando assim... tá com os clientes... né?**” (*Corpus D&G Natal*, língua falada, ensino médio, p. 237)

---

<sup>1</sup> Bolsista de Iniciação Científica – CNPq

<sup>2</sup> Professor Adjunto, orientador.

- (5) “quando eu saio é na... na... lá na... na faculdade mesmo... onde eu tenho meus amigos lá e tudo... é a UNIPEC... são é... é composto de três prédios... quatro prédios... sendo que três é num local e outro é... um fora do... do... do local **aonde a gente estuda** né...” (Corpus D&G Natal, língua falada, ensino superior, p. 35)

Na oração destacada em (3), conforme prevê a tradição normativa, deveria haver preposição antes do relativo (**em**, no caso), regida pelo verbo **colocar**, mas essa preposição foi “cortada”, daí a denominação relativa cortadora. Já em (4), há uma relativa copiadora, pois em sua estrutura o antecedente do relativo **que** (o sintagma **uma vidente espírita**) é retomado (copiado) pelo pronome correferente **ela**. Em (5), por fim, temos uma relativa preposicionada não padrão. Nesse tipo de oração, a preposição que antecede o relativo ou não é exigida, ou não é a selecionada pelo regime do verbo ou nome. Em (5), o relativo **onde** é antecedido pela preposição **a**, ao passo que, segundo a orientação normativa, não há necessidade dessa preposição, dado que o verbo a que se relaciona o relativo (estudar) possui o sentido de localização e não de movimento.

A escolha pelos falantes de uma dada estratégia de relativização relaciona-se a fatores extralinguísticos diversos (cognitivos, semânticos, discursivos, pragmáticos), conforme têm mostrado alguns trabalhos, a exemplo de Correa (1998) e Bispo (2007, 2009, 2014a e b). Além disso, não é recente o interesse pela investigação das diferentes formas de organização da oração relativa, conforme atestam Mollica (1977) e Tarallo (1983). Ainda assim, questões várias há a serem investigadas sobre essa temática.

Neste artigo, em particular, discutimos as estratégias de relativização, com destaque às não canônicas, incluindo um novo tipo, a que denominamos RPNP, conforme caracterizado anteriormente. Em linhas gerais, objetivamos verificar a frequência de uso dessas estruturas e as motivações subjacentes à recorrência a cada uma delas. De modo específico, pretendemos: (i) identificar ocorrências de relativas não padrão em corpus diacrônico escrito; (ii) comparar a recorrência às quatro estratégias de relativização (padrão, cortadora, copiadora e RPNP) em sincronias diferentes (primeira e segunda metades dos séculos XIX e XX); (iii) elencar fatores cognitivos e discursivo-pragmáticos implicados no uso das relativas.

Nossa investigação fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitivo-Funcional, abordagem que congrega contribuições da Linguística Funcional de vertente norte-americana, da Linguística Cognitiva e da Psicolinguística. O material que analisamos compõe o *corpus* mínimo do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), sendo selecionados apenas os documentos impressos e manuscritos nos séculos XIX e XX referentes ao estado de Pernambuco.

## 1 Aporte teórico

Conforme mencionado, nossa investigação sustenta-se teoricamente na Linguística Cognitivo-Funcional. Essa abordagem resulta da união dos estudos em Linguística Funcional, inspirados em autores como Givón (1979, 1995, 2001), Hopper (1987), Bybee (2006, 2010), Traugott (2004), entre outros, de pesquisas realizadas por representantes da Linguística Cognitiva, como Langacker (1987) e Lakoff e Johnson (2002), além de contribuições de psicolinguistas, a exemplo de Taylor (1995) e Tomasello (1998).

Assumimos o postulado de que a estrutura linguística emerge do uso (BYBEE, 2010). Nesse sentido, a configuração exibida pelas formas linguísticas é motivada pela função comunicativa que elas desempenham na interação discursiva. Ainda de acordo com a perspectiva teórica norteadora deste trabalho, o pressuposto básico que nos orienta é a língua como atividade em tempo real, isto é, como uma estrutura maleável, sujeita às pressões de uso

e constituída de um código parcialmente arbitrário. Assim, entendemos a gramática como um produto inacabado, um sistema adaptativo e emergente em contínuo processo de variação e mudança, de modo a atender a necessidades cognitivas e/ou interacionais de seus usuários. O seu estudo, portanto, deve ser realizado em simbiose com o discurso, uma vez que ambos interagem e se influenciam mutuamente (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Dentre os princípios e categorias analíticas da Linguística Funcional, faremos uso dos princípios de iconicidade e de marcação. Definido como a correlação natural entre forma (expressão) e função (conteúdo) (cf. GIVÓN, 1984), o princípio da iconicidade se constitui por três subprincípios: i) quantidade de informação (quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma linguística); ii) proximidade entre os constituintes (conceitos mais integrados no plano cognitivo se apresentam com maior grau de ligação morfosintática); e iii) ordenação linear (os constituintes se ordenam, no tempo e no espaço, conforme pressões cognitivas). Dessa forma, esse pressuposto atua motivado por questões de clareza e transparência, de modo a reduzir a opacidade entre a forma linguística e seu correlato semântico e/ou pragmático.

Em uma direção oposta ao princípio de iconicidade, atua a *lei de menor esforço*. Proposto por Zipf (1935, p. 29, apud HAIMAN, 1985, p. 167), esse princípio indica que há uma relação entre a frequência de uso e a extensão da estrutura linguística, sendo “a alta frequência a causa de pequeno tamanho”. Assim sendo, a recorrência às estratégias de relativização, pelos usuários da língua, obedece a pressões competidoras: ora concorre para maior clareza, expressividade, ora atende a necessidades de praticidade e economia.

O princípio de marcação, por sua vez, relaciona-se “à presença vs ausência de uma propriedade nos membros de um par contrastante de categorias linguísticas” (FURTADO DA CUNHA, 2001, p. 60). Três são os critérios básicos defendidos por Givón (1990), para distinguir uma categoria marcada de uma não marcada: i) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior – que a não marcada correspondente; ii) complexidade cognitiva: a estrutura marcada normalmente é mais complexa cognitivamente (em termos de atenção, esforço mental ou duração de processamento) que a correspondente não marcada; iii) distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos frequente, portanto mais saliente cognitivamente, que a não marcada.

Outro princípio de que nos valem nesta análise é o da marcação expressiva, proposto por Dubois e Votre (1994). Consoante essa proposição, há um equilíbrio entre o esforço de codificação que certas estruturas linguísticas provocam e a expressividade/eficácia que se obtém a partir de seu uso. De acordo com os autores, em contraponto ao que enuncia o princípio da marcação, um procedimento discursivo marcado expressivamente pode: a) ser menos elaborado e menos longo; b) ser mais frequente; e c) reduzir ou anular o esforço de codificação.

Por fim, consideramos ainda a interface Funcionalismo/Linguística Textual na medida em que reconhecemos a seleção dos recursos linguísticos passível de ser influenciada pelas características composicionais do gênero e da sequência textuais em que ocorrem. Tais características envolvem, dentre outros fatores, diferentes graus de formalidade, decorrentes da distância social entre os interlocutores, das intenções comunicativas múltiplas e das práticas sociais diversas. Seguindo a postulação de Hopper (1988), entendemos a gramática, por emergir do discurso, como um sistema provisório e incompleto, da mesma sorte que percebemos o gênero textual como determinante para a forma que o discurso assume.

## 2 Aspectos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, este trabalho apresenta caráter tanto quantitativo/descritivo como qualitativo/explicativo. Assim, buscamos não só mensurar e caracterizar as ocorrências de orações relativas encontradas no *corpus* (examinando a tendência de uso de uma ou outra), mas também esclarecer as possíveis motivações sociais, discursivas, cognitivas e pragmáticas implicadas no uso das estratégias de relativização, sobretudo das não canônicas.

O corpus utilizado para este estudo compõe-se por amostras de três gêneros textuais impressos (cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios) e por dois manuscritos (cartas oficiais e cartas particulares). Tais textos são representativos do estado de Pernambuco e foram escritos nos séculos XIX e XX. Caracterizados pelo registro formal de linguagem, foram extraídos da plataforma de *corpora* pertencente ao projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Definido o *corpus*, procedemos ao levantamento de dados com a seleção das ocorrências representativas das quatro estratégias de relativização (padrão, cortadora, copiadora e RPNP) contempladas por esta análise, estejam elas em ambiente preposicionado ou não. Em seguida, de modo comparativo, observamos os percentuais das ocorrências de orações relativas na primeira e segunda metades de cada século tanto em documentos manuscritos quanto impressos. E, por fim, utilizando-nos dos pressupostos teóricos relevantes a este trabalho, investigamos motivações extralinguísticas subjacentes ao uso das orações relativas.

Sobre os resultados alcançados e as discussões empreendidas, é imperativo ponderarmos devido ao fato de a quantidade de material linguístico de análise ser consideravelmente maior nos documentos impressos do que nos manuscritos. Essa falta de equilíbrio do volume textual em termos de extensão e quantidade de material também pode ser notada em relação às sincronias consideradas durante a análise. Tanto nos documentos impressos quanto nos manuscritos, o século XIX possui um número maior de palavras quando comparado ao século XX.

## 3 Uso das orações relativas no português de Pernambuco dos séculos XIX e XX

Considerando os objetivos desta pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados, nesta seção, apresentamos os resultados obtidos a partir de levantamento estatístico. Além disso, utilizando-nos dos pressupostos teóricos que norteiam esta pesquisa, procedemos a discussões a respeito dos possíveis fatores cognitivos, discursivos e interacionais envolvidos no uso de estruturas relativas canônicas e não canônicas.

O levantamento dos dados revelou a predominância da relativa canônica em ambiente não preposicionado, nos documentos manuscritos e nos impressos: encontramos 1.992 ocorrências (82,4% do total), nos documentos impressos, e 302 (72,7% do total), nos documentos manuscritos. Já as relativas não canônicas possuem um baixo índice de ocorrência em ambiente não preposicionado. Considerando que as cortadoras não aparecem nesse tipo de ambiente, foram registradas apenas uma relativa do tipo copiadora (0,04% do total), em documento impresso, e 5 relativas do tipo RPNP, sendo 4 (0,2% do total) em documentos impressos e 1 (0,2% do total) em documento manuscrito. As Tabelas 1 e 2 especificam os quantitativos.

**Tabela 1:** Ocorrências das relativas em documentos impressos de Pernambuco – séculos XIX e XX

Ambiente	Estratégia	1801 - 1850		1851 - 1900		1901 - 1950		1951 - 2000	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Não prep.	Canônica	507	78,1	1045	83,3	246	86,0	189	82,9
	Copiadora	-		1	0,1	-		-	
	RPNP	2	0,4	1	0,1	-		1	0,4
Prep.	RPP	128	19,7	201	16,0	36	12,6	36	15,8
	Cortadora	7	1,1	7	0,5	3	1,1	2	0,9
	Copiadora	1	0,1	-		-		-	
	RPNP	4	0,6	-		1	0,3	-	
Total		649	100	1255	100	286	100	228	100

**Tabela 2:** Ocorrências das relativas em documentos manuscritos de Pernambuco – séculos XIX e XX

Ambiente	Estratégia	1801 - 1850		1851 - 1900		1901 - 1950		1951 - 2000	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Não prep.	Canônica	32	64,0	176	71,3	61	77,2	32	82,0
	Copiadora	-		-		-		-	
	RPNP	-		-		1	1,3	-	
Prep.	RPP	18	36,0	67	27,1	17	21,5	6	15,4
	Cortadora	-		3	1,2	-		-	
	Copiadora	-		-		-		-	
	RPNP	-		1	0,4	-		1	2,6
Total		50	100	247	100	79	100	39	100

O elevado índice da estratégia canônica deve-se, entre outros fatores, à predominância do relativo nas funções de sujeito e objeto, as mais acessíveis conforme hierarquia proposta por Kennan e Comrie (1977). Esse fato explica a baixa ocorrência das relativas não padrão, particularmente a cortadora, uma vez que esta só pode figurar em ambiente preposicionado.

Nesse ambiente, a relativa padrão, neste caso RPP, também predominou: média percentual em torno de 92% nos textos impressos. As relativas não padrão representam percentual bem inferior: a cortadora com oscilação ente 5% e 7,5% nos impressos; a RPNP, encontrada apenas na primeira metade de cada século, com percentual de 2,9% e 2,5%; e a copiadora e aparece em número menor, se comparada às RPP: 19 (4,5% do total) nos documentos impressos e 3 (2,6% do total) nos documentos manuscritos. Para a relativa copiadora, presente apenas nos dados da primeira metade do século XIX, com índice de 0,7%. Esses dados estão discriminados na Tabela 3.

**Tabela 3:** Ocorrências das relativas, em ambiente preposicionado, em documentos impressos de Pernambuco – séculos XIX e XX

Estratégia	1801 - 1850		1851 - 1900		1901 - 1950		1951 - 2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%
RPP	128	91,4	201	96,6	36	90,0	36	94,7
Cortadora	7	5,0	7	3,4	3	7,5	2	5,3
Copiadora	1	0,7	-		-		-	
RPNP	4	2,9	-		1	2,5	-	

TOTAL	140	100	208	100	40	100	38	100
-------	-----	-----	-----	-----	----	-----	----	-----

Quanto aos textos manuscritos, é preciso destacar que foi baixa a frequência de uso de orações com o relativo em função preposicionada: em números absolutos, variou entre 71 (segunda metade do século XIX) e apenas 7 (segunda metade do século XX). Isso em função do pequeno volume textual representativo desta sincronia. Nesse contexto, também predominou a RPP, com percentuais de 85,7% a 100%. Houve apenas 3 ocorrências da cortadora na segunda metade do século XIX, e 2 ocorrências da RPNP, uma na segunda metade de cada século considerado. Veja-se a Tabela 4.

**Tabela 4:** Ocorrências das relativas, em ambiente preposicionado, em documentos manuscritos de Pernambuco – séculos XIX e XX

Estratégia	1801 – 1850		1851 - 1900		1901 - 1950		1951 – 2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%
RPP	18	100	67	94,4	17	100	6	85,7
Cortadora	-		3	4,2	-		-	
Copiadora	-		-		-		-	
RPNP	-		1	1,4	-		1	14,3
TOTAL	18	100	71	100	17	100	7	100

A maior recorrência à RPP em ambiente preposicionado deve-se à modalidade de língua empregada, no caso a escrita, a qual implica uso mais monitorado da língua. Também concorre para a predominância da estratégia padrão o fato de a maioria dos textos possuir temática política, envolver a defesa de um posicionamento e ser destinado à esfera pública (no caso dos impressos). Assim, o emprego de construções mais formais, como é o caso da RPP, contribui para que o texto pareça, ao julgamento do leitor, dotado de maior credibilidade.

Com base em outros estudos realizados, como Bispo (2009, 2014b), admitimos que motivação de ordem cognitiva atua na recorrência à cortadora, em lugar da RPP, particularmente em termos de economia de esforço. Vejamos a relativa destacada em (6) e a sua correlata padrão em (6a):

(6) Por toda a parte temos visto as armas **que tem | parte o cidadão, e não o soldado**. (*Carta de Redator – Pernambuco*, primeira metade do século XIX)

(6a) Por toda a parte temos visto as armas **de que tem parte o cidadão, e não o soldado**.

As orações destacadas em (6) e (6a) apresentam o pronome **que** na função de complemento nominal. A RPP em (6a) é mais complexa estruturalmente do que a assinalada em (6), cortadora, pois está presente um elemento a mais, nesse caso a preposição **de**. Essa complexidade também se mostra cognitivamente, visto que, para a construção da relativa padrão, o usuário da língua (no caso, o escrevente) precisa selecionar o verbo ou nome a ser empregado na relativa, identificar a regência desse verbo e, se necessário, determinar qual preposição será utilizada. Desse modo, podemos afirmar que, considerando o princípio de marcação, nos moldes givonianos, a RPP, em (6a), é uma estrutura marcada em oposição à relativa ilustrada em (6), visto que é mais complexa estrutural e cognitivamente.

Levando em conta o princípio da iconicidade, a ordem OSV, presente na sintaxe de uma oração relativa, contraria o subprincípio da integração, pois, nessas estruturas, conceitos mais integrados no plano cognitivo não se apresentam com maior grau de ligação

morfossintática. A anteposição do complemento em relação ao termo regente resulta em maior opacidade na relação entre eles e isso contribui para que a preposição não seja usada antes do pronome relativo. Desse modo, a escolha por uma cortadora está relacionada à maior facilidade de elaboração e de processamento e a um menor esforço cognitivo que resulta em uma maior praticidade, do ponto de vista comunicativo.

Em relação às copiadoras encontradas no *corpus*, elas representam um percentual mínimo, correspondendo a apenas duas ocorrências. Vejamo-las em (7) e (8).

- (7) || Tendo mostrado quaes os fins do go-| verno,e que n' eitalla não menos os governa-|dos que os governantes he que devem ver a | órbita de seus direitos e deveres, **eu passo | agora a mostrar,es [ ilegível] cuidado com o § 30 do | Art. 179 do Tit. 8º da constituição do | Imperio que n' ella tem havido infrações | desde o dia 16 do mez actual;** e certo de | que o Sr Gustavo Adolfo de Aguilar me | não aborrecerá por ser franco,apontarei os | Artigos infringidos,e pelos quais deve ser | responsável. (*Carta de Leitor – Pernambuco*, primeira metade do século XIX)
- (8) Não tenho em meu poder ainda outro igual do- | mento do Sr. commandante do corpo de po- | licia, no qual declara as mesmas vantagens por | mim obtidas [ilegível]. Alem de muitos outros de pessoas bem con- | hecidas, **que seria enfadonho enumera-los;** mas nada serve de prova ao communicante, porque deu- | lhe a birra para isso. (*Carta de Leitor – Pernambuco*, segunda metade do século XIX)

As duas relativas destacadas apresentam o relativo **que** na função de adjunto adverbial e como objeto direto, respectivamente. A estratégia copiadora, portanto, está sendo utilizada tanto em ambiente preposicionado quanto em ambiente não preposicionado.

Em comparação à estratégia padrão, a copiadora é mais complexa estruturalmente, uma vez que envolve mais material fônico e morfológico (o elemento cópia). Entretanto, a maior extensão na estrutura não significa que ela seja mais complexa cognitivamente. As orações assinaladas em (7) e (8) demandam menor esforço cognitivo em seu processamento, pois o uso da cópia (o pronome preposicionado *nela* em (7) e o pronome objeto *los* em (8)) deixa mais transparente a relação entre verbo e os elementos a ele relacionados: o adjunto adverbial e o complemento, respectivamente.

A opção pelo uso de uma relativa copiadora faz com que, no caso da oração destacada em (8), essa transparência seja mais nítida, pois permite que a linearidade da oração seja mantida com a conservação da ordem SVO. Funcionalmente, há, nesse caso, a atuação do princípio da iconicidade, no que diz respeito ao subprincípio da integração, visto que os elementos mais próximos cognitivamente encontram-se também mais próximos estruturalmente.

Considerando o princípio da expressividade retórica ou da marcação expressiva, proposto por Dubois e Votre (1994), podemos dizer que há uma compensação entre o esforço para a produção e codificação de uma estratégia copiadora e o efeito expressivo que se obtém. A reiteração do antecedente do relativo facilita o processamento pelo interlocutor, pois, sintaticamente, termos da estrutura oracional, como verbo e complemento, estão mais integrados e distribuídos mais linearmente.

Conforme já demonstrado por outros estudos sobre estratégias de relativização, reafirmamos a baixa ocorrência da copiadora no *corpus* utilizado pelo fato de ela ser, dentre as estratégias não canônicas, a mais estigmatizada, sobretudo, quando se trata de dados linguísticos registrados na modalidade escrita.

Quanto às RPNP, referidas por Bispo (2009), elas ocorrem nos casos em que a preposição ou não era exigida pelo regime do verbo ou nome, ou não era a canônica. Vejamos os dados (9) e (10):

- (9) Deus permita que Você e Diná |vivam muito, com bastante saúde, rodeados dos folhos e netos. ||aqui tudo em paz felizmente. |mais uma vez obrigada pelo carinho **em que | fala no inesquecível Wamberto e na casa do meu | querido pai.** (*Carta Particular – Pernambuco*, segunda metade do século XX)
- (10) Enquanto isto, uma grave questão | ia correndo as boas relações entre | duas classes que não podem deixar | de viver solidárias e independentes, | até se chegar á triste contingencia de | hoje, no impasse doloroso **a que atin-|gimos**, e vendo deante de nós abrir-se | um verdadeiro abismo. (*Carta de Redator – Pernambuco*, primeira metade do século XX)

O verbo **falar**, canonicamente, quando requer complemento preposicionado, seleciona as preposições *a* ou *com*. Entretanto, na ocorrência assinalada em (9), a preposição que aparece é *em*. Nesse caso, o uso da preposição não canônica parece estar relacionado à ordenação não linear da oração, pois o termo regido (complemento relativo) aparece antes do termo regente (verbo). Há uma opacidade na relação entre eles. Segundo Bispo (2009), os usuários da língua não apresentariam nenhuma dificuldade na seleção da preposição, caso a oração seguisse a ordem direta que estão mais acostumados a produzir.

Na oração destacada em (10), o verbo **atingir** é seguido pela preposição **a**. A regência prescrita para esse verbo implica o uso de objeto direto, isto é, um termo não regido por preposição. A recorrência à RPNP, nesse caso, pode ter sido motivada pela presença da preposição em relação ao verbo anterior (**até se chegar á (sic) triste contingência de hoje**). Como o escrevente produziu a preposição após o verbo **chegar**, produziu também, por hipercorreção, talvez, após o verbo **atingir**, visto que os dois possuem, no contexto, mesma acepção semântica, envolvendo a ideia de movimento. Justifica a hipótese de hipercorreção o fato de o gênero textual a que pertence a amostra (10) ser uma carta de redator, texto mais formal e destinado à esfera pública.

### Considerações finais

Com base na investigação empreendida, verificamos a recorrência a cláusulas relativas não canônicas (cortadoras, copiadoras e RPNP), tanto em impressos quanto manuscritos representativos dos dois séculos analisados, ainda que elas se apresentem em menor percentual de uso em relação às estratégias canônicas. Conforme já mostrado por outros trabalhos sobre o mesmo tema, dentre as relativas não padrão, confirmou-se a tendência de a cortadora ser a mais utilizada pelos usuários da língua. Em seguida, registra-se o percentual de uso das RPNP e, por fim, o das copiadoras.

As discussões empreendidas neste trabalho contribuem para uma melhor compreensão sobre a interdependência entre a organização da estrutura linguística e as funções desempenhadas por elas em uma situação comunicativa. Considerados os resultados, constatamos que o uso de orações relativas, sejam elas canônicas ou não, é influenciado por motivações relacionadas ao domínio do discurso, da pragmática e da cognição: subjazem a esse uso o nível de formalidade da situação comunicativa e o propósito comunicativo que se deseja atingir; um menor esforço cognitivo em termos de produção/processamento; possíveis necessidades de clareza, de expressividade, e de hipercorreção.

Ressalvamos, contudo, que, diferentemente de outros estudos sobre estratégias de relativização em *corpus* diacrônico, nesta pesquisa, não foi possível atestar o aumento gradativo do uso das cortadoras ao longo das sincronias em que elas foram analisadas. Atribuímos esse fato à diferença considerável de material linguístico em cada sincronia, tanto nos materiais impressos quanto nos manuscritos. Salientamos ainda que o baixo índice de

relativas não canônicas deve-se também ao conteúdo temático da maioria dos textos (assuntos de âmbito político) e à posição social dos escreventes (figuras políticas ilustres da época), contribuindo assim para um uso mais cuidadoso da linguagem e, portanto, para um número elevado de relativas canônicas.

## Referências

- BISPO, E. B. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. *Revista de Estudos Linguísticos Veredas*, v. 18, n. 1, p. 222-235, jan./jul., Juiz de Fora – MG, 2014a.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de relativização no PB: motivações discursivo-interacionais e cognitivas. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. de. *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: EDUFF, 2014b, p. 115-137.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras*. 164f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), UFRN, Natal, 2009.
- \_\_\_\_\_. Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português. *Linguagem & Ensino*, 10, 163-186, Pelotas-RS: UCPel, 2007.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, p. 711-733, 2006.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORREA, V. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. 167f. Tese (Doutorado em Linguística), IEL/UNICAMP, Campinas-SP, 1998.
- DUBOIS, S.; VOTRE, S. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo lingüístico: à procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, impresso, 1994.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Análise funcionalista de procedimentos discursivos. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. do S. (Orgs.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p. 55-76.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal, RN: EDUFRN, 1998.
- \_\_\_\_\_.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro/Cataguases-MG: Mauad/FAPERJ, 2013, p. 13-39.
- GIVÓN, T. *Syntax*. v. I e II, Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- HAIMAN, J. *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*. v. 13, 1987. p. 139-157.
- \_\_\_\_\_. Emergent grammar and the a priori grammar postulate. In: Tannen, D. (Ed.) *Language in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1988, p. 117-134
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8, 1977, p. 63-99.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. GEIM. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Col. As Faces da Linguística Aplicada).
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. v. I. Stanford: Stanford University Press, 1987.

- MOLLICA, M. C. de M. *O estudo da cópia nas construções relativas em português*. Dissertação (Mestrado em Linguística), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1977.
- \_\_\_\_\_. Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 129-138.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- SILVA, B. G. S. G. da. *O caminhão que eu trabalhava com ele subia qualquer ladeira: um estudo sobre a gramaticalização do que*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: UFRJ.
- TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania, Ph. D. dissertation, 1983.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- TRAUGOTT, E. C. Exaptation and grammaticalization. In: AKIMOTO, M. (ed). *Linguistics studies based on corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.
- VOTRE, S. J.; OLIVEIRA, M. R. *A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (reprod).
- ZIPF, G. K. *The psychobiology of language: an introduction to dynamic philology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1935.